

O feminicídio narrado: cartografia da violência contra a mulher nos relatos do Movimento pela Vida

The narrated femicide: Cartography of violence against women in the reports of the Movement for Life

Ana Paula de Mesquita Azevedo

Universidade Federal do Pará. Rua Augusto Corrêa, 01, Guamá, 66075-110, Belém, PA, Brasil. anapazmesquita@gmail.com

Sergio do Espirito Santo Ferreira Junior

Universidade Federal do Pará. Rua Augusto Corrêa, 01, Guamá, 66075-110, Belém, PA, Brasil. esferreira.sergio@gmail.com

Alda Cristina Silva da Costa

Universidade Federal do Pará. Rua Augusto Corrêa, 01, Guamá, 66075-110, Belém, PA, Brasil. aldacristinacosta@gmail.com

Resumo. O presente trabalho realiza um estudo cartográfico do *banner* sobre o “caso Nirvana” produzido pelo Movimento Pela Vida (Movida), organização não governamental (ONG) de Belém, PA, que atende familiares de vítimas da violência urbana. Esse *banner* apresenta um dos casos registrado pelo Movida, o homicídio de Nirvana Evangelista, no dia 5 de julho de 2007. Nirvana foi morta pelo ex-namorado, que, além de tê-la matado, a agredia física e psicologicamente. Compreendemos que o crime se trata de feminicídio, violência contra a mulher. Os *banners* do Movida são parte de um processo de dar a ver a dor e a existência das vítimas, sendo utilizados em eventos de que a ONG participa, realizando a visibilização dos relatos inscritos no *banner*. A cartografia aqui acionada tem como objetivo compreender os sentidos que se projetam a partir da narrativa em primeira pessoa inscrita nesse material de divulgação sobre o “caso Nirvana”, fazendo o movimento de ver o que se dá a ver. Partindo de uma postura interpretativista, buscamos esses sentidos que o “*banner-relato*” aponta na leitura e a compreensão dessa modalidade de violência. Para tanto, utilizamo-nos do método cartográfico para acompanhar os fluxos de produção de subjetividade na concreção do relato, ou seja, na narrativa que se constrói em torno do caso de feminicídio. A partir da teoria sobre mediação e significação de Verón, consideramos esse “*banner-relato*” como um fenômeno midiático. Congregamos essas

Abstract. This paper presents a cartographic study of the “Nirvana case”, produced by the Movement for Life (Movida), a non-governmental organization in Belém (PA), which serves family members of victims of urban violence. This banner presents one of the cases registered by Movida, the murder of Nirvana Evangelista, on July 5th, in 2007. Nirvana was killed by her ex-boyfriend, who, in addition to killing her, used to physically and psychologically assault her. We understand that the crime is about femicide, violence against women. The Movida banners are part of a process of showing victims’ pain and existence, being used in events of which the NGO participates, making visible the stories inscribed in the banner. The cartography here aims at understanding the senses that are projected from the narrative in the first person inscribed in the banner on the “Nirvana case”, making the move to see what is given to see. Starting from an interpretative position, we search for these meanings that the “*banner-report*” indicates in the reading and understanding of this modality of violence. To do so, we use the cartographic method to follow the production flows of subjectivity in the concretion of the narrative, that is, in the narrative that is built around the case of femicide. From Verón’s theory of mediatization and signification, we consider this “*banner-report*” as a media phenomenon. We combine these two perspectives in an inter-

duas perspectivas, em uma análise interpretativa de textos. Acionamos esses referenciais teórico-metodológicos a fim de podermos compreender e interpretar os fenômenos culturais, a produção subjetiva sobre o “caso Nirvana” e a maneira como o movimento social produz relatos sobre a violência específica que atinge as mulheres.

Palavras-chave: cartografia interpretativa, feminicídio, violência contra a mulher.

pretative analysis of texts. We trigger these theoretical-methodological references in order to understand and interpret cultural phenomena, the subjective production of the Nirvana case, and the way in which the social movement produces reports about the specific violence that affects women.

Keywords: interpretive cartography, femicide, violence against women.

Introdução

Pensar o feminicídio e a violência contra a mulher na sociedade brasileira trata-se de um processo, ao mesmo tempo, desafiador e necessário. Desafiador porque tais formas de violência são naturalizadas na vida social e são pouco tensionadas. E necessário porque falamos de um cenário em que a problematização dos fenômenos de violência deve ser feita a fim de expor essas fissuras e conflitos que fazem parte do tecido social. Podemos falar a partir de Quéré (2011, p. 32) dessa violência específica como uma situação problemática, definida pelo autor como aquela que “não está de acordo com as expectativas de comportamento que formamos com base numa sensibilidade moral e nas orientações éticas desenvolvidas na nossa forma de vida cultural”. Situação problemática é aquela que não somente convoca à ação coletiva, mas também suscita exame público, discussão da sociedade e narrações que deem sentido às nossas crenças, desestabilizadas pela própria existência de tal situação. Várias delas, diz-nos Quéré, constituem a tessitura de um campo problemático, em que essa problematização se enreda mais ainda rumo a analisar seus partícipes, suas causas e consequências.

O feminicídio¹, como situação problemática e constituidor de um campo problemático, pode ser perspectivado de muitas formas. Do ponto de vista das estatísticas de violência, o *Mapa da Violência de 2015* aponta que, no Bra-

sil, a taxa de feminicídios é de 4,8 para cada 100 mil mulheres, a quinta maior no mundo. Além disso, destaca que entre os homicídios da população de mulheres, de 2003 a 2013, o número de assassinatos de mulheres negras cresceu 54%, passando de 1.864 para 2.875. Na mesma década, foi registrado um aumento de 190,9% da violência contra mulheres negras, índice que resulta da relação dispar entre as taxas de mortalidade branca e negra. Para o mesmo período, a quantidade anual de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8%, saindo de 1.747, em 2003, para 1.576, em 2013. Do total de feminicídios registrados em 2013, 33,2% dos perpetradores da violência eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas (Waiselfisz, 2015).

Os casos de violência contra a mulher se dão em um quadro cultural de hegemonia do masculino. Em relacionamentos, a mulher está em posição de assimetria, de subalternização ao homem. A violência contra gênero atinge as mulheres de formas diversas, mas todas calcadas sobre os mesmos pressupostos sociais. Nessas conjunturas, os parceiros têm um sentimento de posse, de controle do corpo da mulher. Limitam a emancipação profissional, econômica, social ou intelectual da mulher; tratam-na como objeto sexual e manifestam desprezo e ódio pela mulher e por sua condição de gênero.

É diante desse contexto que este trabalho visa abordar o feminicídio narrado a partir de um movimento social. Para tanto, buscamos realizar aqui um estudo cartográfico de um ban-

¹ O debate sobre feminicídio no Brasil alcança uma ampliação de perspectivas de modo contíguo à aprovação da Lei nº 13.104, de 09 de março (Brasil, 2015), que define o feminicídio como crime hediondo. De acordo com Fernández (2013), existe um debate sobre os termos *femicídio* e *feminicídio* – que é particularmente presente na literatura ibero-americana –, já que se trata de um conceito político novo e de apropriação coletiva, tanto na academia quanto em movimentos sociais. A autora destaca que o termo *femicide* foi cunhado por Carol Orlock, em 1974, e utilizado publicamente pela primeira vez por Diana Russell, em 1976, no *Tribunal on Crimes Against Women*, em Bruxelas. A própria Russel optou em 2005, durante o seminário *Feminicidio, justicia y derecho* pela tradução em espanhol como *feminicidio*, a fim de que a tradução como *femicidio* não fosse interpretada como um equivalente de homicídio para a mulher; no entanto, *femicidio* e *feminicidio* são ambos usados na América Latina, a depender do país (Fernández, 2013). Optamos neste trabalho pela utilização de *feminicidio* em razão da prevalência do termo no debate acadêmico após a aprovação da lei. Cumpre, porém, destacar a ocorrência do termo *femicidio* na literatura brasileira sobre o tema (Meneghel *et al.*, 2013; Pasinato, 2011).

ner do Movimento Pela Vida (Movida), ONG paraense que atende familiares de vítimas e pessoas afetadas pela violência urbana, em Belém, no estado do Pará. Voltamos nosso olhar para a narrativa sobre o feminicídio de Nirvana Evangelista, assassinada pelo namorado em 2007, conforme inscrito em um dos banners do Movimento. A finalidade é compreender como o Movimento arranja subjetividade e traça fluxos em torno da narrativa, dando sentido ao feminicídio a partir de seu banner.

O esforço empreendido neste trabalho é o de pensar a violência do ponto de vista dos sujeitos invisibilizados no debate público sobre segurança e violência urbana. Por isso, voltamos nossa perspectiva para estudo do movimento social que lida diretamente com pessoas afetadas pela violência e que se associam em torno da experiência enquanto vítimas. Esse esforço é realizado em conjunto pelos autores deste trabalho, no âmbito da pesquisa do Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia e do Projeto de Pesquisa “Mídia e violência: percepções e representações na Amazônia”, ambos da Universidade Federal do Pará (UFPA), para os quais é essencial a compreensão da narrativização da violência como fenômeno sociocultural e comunicacional.

Sobre violência contra mulher e feminicídio

Há muito que a mulher vem defendendo seus direitos e seu espaço no tecido social. Tudo começou início do século XX, com o movimento das sufragistas quando as mulheres conquistaram o direito ao voto. Mesmo com os avanços e as lutas dos movimentos sufragistas, as desigualdades continuaram a se perpetuar. É histórico o desafio da mulher para adquirir seu lugar de destaque na sociedade. Enfrentou preconceitos, violências de todas as formas e sempre foi centro de reflexões em vários campos da sociedade. Simone de Beauvoir (1970) aponta que a figura da mulher sempre emergiu de forma negativa e limitada. Sempre coube a essa mulher a imagem da fragilidade e de um ser que precisaria de algo que a completasse. Seria o homem esse complemento – o sujeito absoluto – e a mulher precisaria dele.

“A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a êle; ela não é considerada um ser autônomo” (Beauvoir, 1970, p. 10). A mulher sendo considerada tão inferior que não poderia ser autônoma, pressupunha a necessidade do homem para se manter tanto física quanto socialmente.

Apesar de todas as dificuldades, as mulheres conseguiram garantir algumas conquistas. Porém, vivem em situação de desigualdade no trabalho, recebem salários mais baixos e enfrentam dificuldades para galgar cargos de chefia. “A sociedade humana, na qual ainda prevalece a ideologia patriarcal, ainda impede o pleno desenvolvimento das mulheres, discriminando-as de diferentes maneiras” (Teles e Melo, 2003, p. 17). Uma conjuntura na qual se impede que essas mulheres alcancem alguma emancipação por conta das diferentes discriminações, já que a desigualdade e as situações estruturadas de violência assinalam os impactos da desigualdade de gênero no acesso a direitos, riqueza e mesmo poder político (Lagarde, 2006, p. 14).

Portanto, podemos classificar tais discriminações como violência de gênero contra a mulher (Cabrera, 2011; Lagarde, 2006), baseada em padrões de dominação sistematicamente constituídos e socioculturalmente reforçados, segundo as quais “os homens são postos em posições de supremacia de gênero e as mulheres em posições inferiores, submetida assim a múltiplas formas de poder e domínio dos homens” (Lagarde, 2006, p. 15). Tal afirmação, ainda que ressona pressupostos hoje presentes no senso comum, aciona e constitui uma perspectiva política de desnaturalizar o olhar diante de violência e dominação, que emergem entre pessoas, suas práticas sociais, instituições e mesmo o Estado.

Os homens são educados para reagir com violência a tudo que não lhes causa agrada, por impotência e competição, mas também como mostra de autoafirmação e valor, de orgulho e poder. As mulheres são educadas para suportar a violência como um destino, para não responder com violência nem sequer em defesa própria. O machismo e a misoginia conformam núcleos fundamentais das identidades masculinas; são, portanto, dimensões vigentes de formas de identidade nacional e de sexismo generalizado (Lagarde, 2006, p. 15, tradução nossa)².

² Los hombres son educados para reaccionar con violencia ante lo que les disgusta, por impotencia y competencia, pero también como muestra de autoafirmación y valía, de soberbia y poder. Las mujeres son educadas para soportar la violencia como un destino, para no responder con violencia, ni siquiera en defensa propia. El machismo y la misoginia conforman núcleos fundamentales de las identidades masculinas; son, asimismo, dimensiones vigentes de formas de identidad nacional y del sexismo generalizado.

Assim, essa violência – da qual é parte o feminicídio – assinala e designa os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados durante todo esse tempo e reforçado pela ideologia patriarcal, induzindo relações violentas entre os sexos (Fernández, 2013; Saffioti, 2004). Portanto, trata-se de um processo no qual se “indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas” (Teles e Melo, 2003, p. 18). Com isso, as autoras afirmam que a violência contra a mulher não é algo que tenha surgido de uma suposta natureza masculina, mas sim de costumes, educação, ideologias que são reforçadas pelos meios de comunicação e pelas relações sociais, que criam estereótipos que com o tempo são naturalizados na sociedade, como também destaca Lagarde (2006). Esse contexto de crenças e ideologias firma a ideia de que o “sexo masculino tem o poder de controlar os desejos, as opiniões e a liberdade de ir e vir das mulheres” (Teles e Melo, 2003, p. 18).

Desse modo, essa violência pode ser entendida como resultado de motivações que hegemonicamente levam sujeitos a interagirem em contextos marcados pela violência. Algo comum às perspectivas de Cabrera (2011), Lagarde (2006) e Teles e Melo (2003) é o fato de as práticas de violência de gênero contra as mulheres emergirem quando, em um quadro de relações sociais, os papéis de gênero tidos como naturais são prescritos, reforçados e praticados. Há uma lógica de ‘tarefas’ e ‘lugares’ predestinados: um agente da violência masculino, para o qual é apenas natural cometê-la; e um alvo da violência do sexo feminino, que deve manter-se inerte frente a ela. Esses papéis direcionam as relações caracterizadas por assimetrias e normas sociais formais ou informais, fazendo vir à tona mais violência.

É nessa medida que a violência de gênero contra mulheres pode ser entendida como violência contra mulher, expressão trazida à tona pelo movimento feminista nos anos 70. Em um panorama de referência à vida social, essa expressão pode assumir várias manifestações: violência doméstica, violência sexual, violência conjugal, violência patrimonial, violência interpessoal, violência sexista, entre outras formas de violência que podem ser incluídos na violência de gênero. Teles e Melo (2003) destacam que essa violência é perpetuada de geração para geração, tanto por homens quanto por mulheres. As pessoas vão aprendendo outras práticas de violências se relacionando

com outras pessoas. A violência, com o tempo, vai se naturalizando para essas pessoas. “A partir daí as pessoas aprendem outras práticas violentas. Ela torna-se de tal forma arraigada no âmbito das relações humanas que é vista como se fosse natural, como se fizesse parte da natureza humana” (Teles e Melo, 2003, p. 24).

Com o tempo, a sociedade legitima essa violência. Esse tipo de comportamento e pensamento, para as autoras, dificultam a denúncia e a implantação de processos preventivos que poderão dar fim à violência contra mulheres, sendo comum a sua manifestação por meio de agressões físicas, sexuais, psicológicas e patrimoniais. Às vezes, essas manifestações podem ocorrer simultaneamente. A violência de gênero contra mulheres ocorre entre homens e mulheres que se amam ou se amaram, se relacionam ou se relacionaram na intimidade. O agressor conhece bem os hábitos, os sentimentos e maneiras de agir e reagir de sua vítima, o que a torna mais vulnerável aos seus ataques (Teles e Melo, 2003, p. 25).

Por isso, são relevantes as contribuições da literatura feminista contemporânea a esse respeito, já que é dentro do quadro da reflexão sobre a violência que figura aquela referente ao feminicídio.

Das imagens à cartografia: antropologia visual e comunicação entre diálogos

Na sua proposição de uma metodologia para a Antropologia Visual, Canevacci (2001) dá ênfase a um processo de “fazer-se ver”. Para ele, o “fazer-se ver” está para além dos conceitos de interpretação semiótica. Antes, é um processo no qual o analista assume uma posição sensível “não no sentido de aparecer, mas nos variados sentidos de desenvolver qualidades sensitivas fundadas nas percepções do olhar” (Canevacci, 2001, p. 14). É tornar ou ter um olhar transformador reflexivo, emocional e interpretativos, como se pudesse estar na situação, na posição do que o autor chama de “fluxos visuais”. De modo que, ao mesmo tempo em que está dentro, está também fora. “Fazer-se ver, significa treinar a auto-observação enquanto se observa” (Canevacci, 2001, p. 15). O autor diz ainda que a finalidade de um “fetichismo metodológico”, de ver as imagens como coisa que se vê, mas também sujeitos, é favorecer a dissolução das mercadorias com sedução e sex appeal.

O fetiche ou o “fazer-se ver” é a sedução de quem está observando o produto ou o objeto. É uma forma ou estratégia para promover ou despertar no outro interesse, impacto e com isso chamar a atenção de quem olha a mercadoria. É também promover uma reflexão sobre o que está sendo observado. É de certa forma uma metodologia de sedução, como diz-nos Canevacci.

As mercadorias têm corpo e alma. São cheias de fetichismo e animismo. Têm uma idade, biografia, ciclos vitais. Um sex-appeal, normas de atração e repulsa não somente para os consumidores culturais, mas também entre si. Certas “coisas” ficam bem juntas, costuma-se dizer: como amantes. Ou então acostumaram-se a ficar juntas: como velhos cônjuges (Canevacci, 2001, p. 21).

É como se as mercadorias conversassem “entre si” e com o “outro”, outro este que as observa. Entende-se que essa mercadoria, diante do observador, já não é mais estática. À medida que ela passa a fazer sentido, se torna móvel diante de quem a observa. É nesse momento que a mercadoria para o observador em coisa- que- vê.

Há tempos que as mercadorias deixaram de ser mudas (e talvez nunca tenham sido totalmente), falam de forma sempre mais loquaz com seu estilo nelas incorporados, que é decodificado no momento do consumo glocal, ou seja, cada comprador-consumidor- que pertence aos diferentes contextos geográficos no cenário mundial do consumo cultural – consegue exprimir um nível crescente de interpretação própria (Canevacci, 2001, p. 22).

A interpretação feita pelo observador sobre o produto vai se dar de acordo com a sua cultura, contexto e localidade. A significação passa a ter sentido a partir do modo de pensar e dos hábitos e valores do sujeito. A antropologia visual, como a concebe Canevacci, apresenta o conceito de fetichismo que cabe no pensar das visualidades de uma forma ampla. Narrativas visuais, diríamos nós, têm a intenção de encantar, de se mostrar e, dependendo do contexto, ganham uma interpretação singular e projetam sentidos de acordo com os valores e o mundo vivido pelo sujeito observador.

Fluxos subjetivos específicos, assim, são o ponto de convergência entre uma proposição da Antropologia Visual e a cartografia, a partir de uma perspectiva comunicacional, como que estabelecendo um diálogo, engajando ambas as áreas em uma conversa. Assim

como o fluxo das imagens pode ser difuso, a cartografia se perfaz como processo de subjetividade social caracterizado pela difusão, pela recusa à linearidade, pela configuração do complexo, do múltiplo e do heterogêneo. Como a concebem, Deleuze e Guattari (1995) definem-na como um princípio do rizoma, como algo sem início, trajetória e fim a priori, mas como um processo de fazer mapas com o mundo, de traçar territórios, de produzir espaços imaginados, em um movimento tanto criativo quanto destrutivo.

Um mapa de múltiplos traçados, um mapa que não representa um objeto, mas que cria movimentos, cria desvios, um mapa que nos liga à subjetividade, à afetividade, ao desfazer-se e refazer-se. Trata-se de uma metodologia que nos permite compreender mapas e retraçá-los, pois esse mapa com que nos deparamos e que ela mesmo produz é “conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social” (Deleuze e Guattari, 1995, p. 22).

Dentro do campo da Comunicação, a cartografia tem passado por um processo de apropriação, que com base nas próprias tessituras da cartografia, oferece rotas alternativas, não positivistas de conceptualizar os fenômenos comunicacionais em sociedade. Rosário (2016) propõe que no campo da comunicação, a cartografia deve ser passar por processos de desterritorialização, nas quais é preciso estar atento aos movimentos e às multiplicidades, de modo a se proceder uma interpretação ou tradução como momento analítico da pesquisa comunicacional.

Dentre os elementos da tessitura conceitual de Deleuze e Guattari, Rosário dá ênfase à multiplicidade como conceito relevante para o estabelecimento de uma relação entre a cartografia a Comunicação. Considerada como parte da construção de um conhecimento não cartesiano, as multiplicidades são vistas como um processo de desconstrução de uma rota única, de percursos lineares com conclusões monolíticas; ao contrário,

Elas são entendidas como a unidade subtraída da multiplicidade, a unidade que faz brotar o múltiplo, por esse caminho conseguem atravessar os dualismos e as binariedades que constituem o pensamento e a pesquisa moderna. Dessa forma,

a multiplicidade estaria mais perto de corresponder à realidade porque não supõe unidade, não entra na totalidade, não remete a um sujeito (Rosário, 2016, p. 187).

Aguiar (2008), também a partir da Comunicação, leva-nos a pensar na cartografia como um processo necessário à pesquisa que preze pela afetividade e pela percepção sensível, que possa gerar novas visões e possibilidade reflexivas. Sobre a multiplicidade, reforça sua relevância, quer como princípio do rizoma, quer como conceito que permite pensar os sujeitos e os objetos como formas sempre moventes, que permite ao analista processo fluidos e rizomáticos de fazer cartografia com mundo, com suas abstrações, com suas sensações e afetos.

O olhar cartográfico se produz de intensidades, encontros em circuitos que possibilitam, a partir da experiência de observar o objeto, produzir territórios de sentidos e de novos conhecimentos. [...] A cartografia busca, em diferentes regiões, as especificidades para compor um olhar, ou seja, não visa construir um sirva de guia para todos os olhares – até porque cada olhar é único e muda com as vivências do observador – mas, nesse caso busca perceber as dinâmicas, os fluxos e as intensidades que se mostram (Aguiar, 2008, p. 246).

Tal é o movimento do olhar que empreendemos aqui e que julgamos requerer o banner sobre o feminicídio de Nirvana Evangelista. De modo que, a partir da noção das multiplicidades pensamos o processo de identificar os fluxos que perpassam a constituição da vitimização por feminicídio e a construção narrativa do Movidá em torno do caso. O banner se apresenta a nós como mapa, cujas trajetórias devemos interpretar, traduzir, pôr em contexto, divisar a partir das multiplicidades que o tecem e os vinculam a um problema social e a uma dimensão afetiva.

Tipificações da mulher e o feminicídio

Assim, no âmbito das multiplicidades que tecem a narrativa, pensamos no estatuto dessa mulher, que se insere em um panorama de situações históricas, sociais e culturais, nas quais papéis e figuras da mulher são produzidos, difundidos e tornam-se parte da estrutura social e das relações de poder e gênero.

Do ponto de vista da conformação das práticas e sexuais, conforme aponta Dabhoiwala (2013), houve uma certa liberação sexual

a partir dos séculos XVIII e XIX, na Europa. Mas se trata mais de uma alteração no âmbito privado e no âmbito das práticas sexuais dos indivíduos, do que em nível institucional. Essa liberação estaria relacionando a ideia do prazer à finalidade da reprodução, mas ainda havia conflito dessa ideia com a de disciplina sexual. Essa liberdade sexual, no entanto, era enviesada em favor dos homens, que tinham o direito de usar livremente as mulheres ou desfrutar delas. Junto a esse quadro, havia uma ideia de que “macular” a mulher (definida nos termos de esposa e filha) equivalia a ofender a propriedade do homem, à medida que a ausência de castidade feminina se configurava como problema público, pois afetaria, por exemplo, a herança e a fidelidade paternal (economia e moral). Essa conformação dá conta da posição que a mulher e o feminino ocupam nas sociedades burguesas e da definição da sua existência como dependente do homem e a ele pertencente.

Para além das práticas sexuais, é esse o papel a que a mulher é relegada em parte das sociedades ocidentais, que se manifesta nas desigualdades de gênero e nas formas de violências específicas que sofrem. Em razão dessa complexidade, o primeiro ponto que cabe ressaltar ao se pensar em gênero é de que ele é uma construção social e não uma realidade em si mesma, estanque, que possa ser determinada como uma condição biológica, mas deve ser pensado nos termos de resultado de condicionamentos sociais e históricos, que redundam em diferenças socialmente produzidas e legitimadas (Edwards, 1987). É em razão dessas construções que se pode falar da hierarquia entre os gêneros, segundo a qual, o masculino ocupa uma posição superior e o feminino, posição inferior. Deste modo, nas relações de poder entre homens e mulheres, as dicotomias masculino/feminino, ativo/passivo(a), razão/emoção, civilização/natureza, dominador/dominado(a) e mesmo sujeito/objeto (Patrício, 2009; Edwards, 1987) são parte dos mecanismos simbólicos segundo os quais as identidades de gênero são percebidas, socializadas e vividas.

Conforme aponta Patrício (2009), o estatuto da mulher se transforma em certa medida ao longo do tempo. A sexualidade e o corpo da mulher sempre foram negados e construídos negativamente. No período medieval, isso é feito por meio de uma matriz moralizante e religiosa do pensamento ocidental, nos quais o feminino é visto pela representação Eva/

Maria, que representa modelos de comportamento das mulheres que, respectivamente, não se alinhavam à ordem da dominação e das práticas conformadas, em oposição ao das que se dedicavam a virtude, à consagração. Esse modelo de Maria, passa, nas sociedades burguesas, a ser representado pela figura da maternidade, cabendo à mulher o papel de reprodução, no qual ela, no entanto, tem papel passivo. De modo que a mulher tem, a um só tempo, o seu corpo desapropriado, a sua sexualidade anulada e o corpo domesticado, para a sua inserção na família burguesa, compreendida como dispositivo que serve ao estabelecimento das normas do legítimo e do interdito relativamente à figura feminina.

Os movimentos ocidentais de contracultura, na segunda metade do século XX e os debates de minorias identitárias, como as mulheres e homossexuais (com as teorias feminista e queer), delineiam rearranjos no que diz respeito às práticas afetivo-sexuais desses grupos, sobretudo por meio da contestação dos discursos hegemônicos. De acordo com Patrício (2009), a mulher é deslocada do contexto estrito de existência na família burguesa, em que desempenha o papel de mãe e esposa, para o de uma “relação pura”, em que o relacionamento afetivo é baseado em escolhas individuais e aspetos mais subjetivos, como a confiança, intimidade, entre outros. É a ênfase de um projeto do *self* somado à assunção da sexualidade, que torna os indivíduos proprietários dos próprios corpos.

Em que pese esse percurso, as relações de poder entre homens e mulheres ainda são exercidas e constituem uma realidade situada em contextos diversos e com contornos mais ou menos específicos. Mesmo em contextos mais igualitários no que diz respeito aos direitos humanos de homens e mulheres, a violência de gênero ainda é uma grave problemática que atinge as mulheres, tanto física quanto simbolicamente, pela distinção da sexualidade do homem e da mulher, em que o papel de inferior ainda é a ela renegada, havendo a manutenção das dicotomias, de modo que a sexualidade da mulher como objeto permanece recorrente nas representações simbólicas a respeito dela pela força do patriarcado, um sistema no qual prevalece a força e o domínio masculinos (Edwards, 1987; Fernández, 2013; Patrício, 2009; Saffioti, 2004).

Desse modo, quando se trata do feminicídio, as narrativas e as imagens construídas em torno da vítima e do agressor são sempre re-

pletas de tipificações e estereótipos. A mulher geralmente é “classificada no espectro que vai da castidade à devassidão. Já os homens vão do provedor honesto ao explorador” (Machado, 2015, p. 47). Essa construção, segundo Machado (2015), estrategicamente, é relevante no âmbito da judicialização, um dos momentos na sociedade em que a narrativa do feminicídio é elaborada e o fenômeno exposto com situação problemática. De acordo com a autor, advogados e promotores utilizam dessa “técnica” para legitimar a argumentação no tribunal e acabam por “influenciar” quem está acompanhando o caso, isto é, qualquer ouvinte que esteja no tribunal, acaba por se envolver nessas argumentações.

Assim, Machado (2015) afirma que a imagem criada a respeito dessa mulher, neste caso uma vítima, é a de uma pessoa de reputação ilibada. Quando essa vítima transgrede a feminilidade, ela será sempre associada à subserviência.

Para a construção dessas imagens colaboram os diversos atores que desempenham suas funções nos processos. Advogados de defesa e defensores costumam explorar o perfil “transgressor” da mulher versus o do homem trabalhador violado em sua honra para justificar o comportamento de seus clientes, ao passo que o discurso da acusação tende a vitimizar a mulher, caracterizando-a como boa mãe e esposa diante da figura do homem violento, alcoólatra, desajustado socialmente (Machado, 2015, p. 48).

Esse é um âmbito muito específico no qual esse itinerário é realizado. Nesse processo, o homem, enquanto em posição de agressor, tem sua imagem construída como uma forma completamente monstruosa pelos que lhe acusam. Pelos que lhe defendem, é visto como um indivíduo cujas ações são justificadas pelas estratégias para afastar a culpabilidade do réu e pela possível causa da violência realizada pelo acusado. Tais justificativas incidem nas concepções já apresentadas da mulher, cujo papel é o de se manter propriedade do homem, de submeter-se, de se dedicar à dominação masculina. São percepções cristalizadas na vida social e que permitem a perpetuação de tal violência. A esse respeito, Saffioti afirma que a tensão provocada pelo privado faz com que as muitas formas de violência contra a mulher sejam

fenômenos sociais relativamente ocultos – ou por que há que se preservar a família, por pior que ela

seja, na medida em que esta instituição social está envolta pelo sagrado, ou porque se tem vergonha de expô-los. Com efeito, um marido que espanca sua mulher, em geral, é poupado em vários dos ambientes por ele frequentados, em virtude de este fato não ser de conhecimento público (Saffioti, 2004, p. 9).

Essas imagens cristalizadas são estereótipos ou tipificações, que fazem seu caminho até as práticas sociais e se reproduzem na manutenção e perversas justificativas da violência contra a mulher e o feminicídio. De acordo com Machado (2015), essa “busca pelo estereótipo do homem trabalhador e pai de família é traçada em diversos processos, frequentemente como forma de mitigar a violência ocorrida, retratando-a como um episódio isolado e anormal de sua conduta” (2015, p. 50). Se pensarmos as tipificações, a partir da conceptualização de Schutz, vemos que são constituídas de generalizações que são utilizadas na vida cotidiana dos indivíduos. As tipificações são reservas de experiências do indivíduo e do estabelecimento desse indivíduo em interação social. De modo que, toda essa tipificação tem a finalidade de garantir a vivência e a interpretação do mundo.

É preciso enfatizar que a interpretação do mundo em termos de tipos, tal como entendida aqui, não é um resultado de um processo de racionalização, de uma conceitualização científica e isolada. O mundo tanto físico, quanto sociocultural, é experimentado desde o princípio em termos de tipos: [...] Portanto, no nível do senso comum – em contraposição as distinções feitas pelo cientista, em particular pelo cientista social, as tipificações emergem na experiência cotidiana do mundo como algo evidente, sem qualquer formulação de juízo ou de proposições claras, com sujeitos e predicados lógicos (Schutz, 2012, p. 133).

A tipificação e/ou estereótipos ocorrem no senso comum, nas experiências do indivíduo em relação com outro ou em sociedade, no cotidiano. Não se aplicam a uma interpretação racionalizada, científica. Ela se dá no senso comum, no mundo da vida. É um conceito que está no plano banal, do dia a dia. Instaura a pluralidade de preconceitos sobre a vítima e agressor socialmente reconhecidos. Assim, já está tipificado ou cria-se um estereótipo da narrativa sobre os personagens que envolvem o crime de feminicídio. Já se cria um conceito de vitimização de quem é agredida, um argumento forte e legitimador nos tribunais e na vida social.

A construção narrativa da imagem do agressor monstruoso, violento ou com algum problema psicológico é uma argumentação viável nos tribunais e para a sociedade, ao mesmo tempo em que é pouco tensionada na vida cotidiana. Sentidos são produzidos quando se narra a vitimização da mulher agredida e quando se coloca o agressor em um papel brutal e monstruoso. Tal organização faz seu caminho até as narrativas da sociedade. Como um dos momentos em que vemos essa configuração narrativa, temos a denúncia do Movida e a mobilização de subjetividade em torno do feminicídio. Pensamos que a narrativa do Movimento pela Vida realiza essa tessitura de ancorar esses papéis em um movimento de fazer cartografia com o mundo, de inscrever as multiplicidades de uma experiência de vitimização por feminicídio.

“Por quantas Nirvanas teremos que chorar?”: o feminicídio midiaticizado e narrado

Por quantas ainda, indaga-nos o banner. Não só o banner, mas também o Movida e as famílias afetadas pela violência. Não só a de Nirvana, mas de todas aquelas pessoas que se associam em torno do fenômeno da vitimização, como forma de dar sentido à experiência ou agir em torno “da crueldade da vida, sua inelutável violência que dissolve mundos e exige a construção de outros” (Guattari e Rolnik, 2006, p. 81). Consideremos essa perspectiva e voltemos nosso olhar para o banner do Movida que nos apresenta o mapa-banner da vitimização de Nirvana.

Primeiramente, podemos pensar nesse banner como parte de um processo de midiaticização, capaz de explicar esses efeitos e interpretações nas relações sociais sobre a violência e o feminicídio. Na visão de Verón (2014), midiaticização não é um processo linear, pois é um processo que produz efeitos radiais, em todas as direções “afetando diferentes formas com diferentes intensidades” (Verón, 2014, p. 16). A comunicação deixa de assumir um processo linear quando alguma mídia interfere para que essa mensagem tenha um grande alcance. Sobre a comunicação humana, Verón (2014) diz “é completamente não linear, em todos os seus níveis de funcionamento, pois é um sistema auto-organizador distante do equilíbrio” (2014, p. 17). A midiaticização não sendo linear, assumindo um caráter radial das mensagens ou informações emitidas, implica, segundo



Figura 1. Banner do Movida sobre o feminicídio de Nirvana Evangelista da Cruz.

Figure 1. Banner about the femicide of Nirvana Evangelista da Cruz.

Fonte: Movida.

Verón (2014, p. 16), uma “enorme rede de relações de retroalimentação”. Para Verón, essa comunicação e midiática não linear não se limitam apenas a dispositivos técnicos.

Desse modo, entendemos que a midiática de um fato, evento ou situação problemática é um processo que necessita de dispositivos para ter o alcance e sentido desejados. Esse processo radial, realizado pela midiática, permite inúmeras e diferentes pessoas em um “curto” espaço-tempo. Esses dispositivos não necessariamente precisam estar interligados ou ligados à tecnologia. Os meios tradicionais, como os impressos, podem promover a midiática. A partir desse processo de midiática, conceitos são construídos e instalados e institucionalizados na sociedade.

O feminicídio transita da dimensão privada para a dimensão de acontecimento público à medida que mobiliza as instituições e os sujeitos a se posicionarem, a agirem diante dele. Casos de violência contra a mulher, como nos diz Saffioti (2004), eram abafados, escondidos ou não tinham a devida importância. Por meios de processos de midiática, essa problemática ganhou destaque e amplitude, gerando debates mobilizando formas de ação coletiva, de resistência e mesmo de problematizações. Desse modo, as narrativas sobre feminicídio, na sua dimensão cultural e afetiva, ganham importância na sociedade devido ao destaque de um campo problemático que abarca inúmeros casos de feminicídio, que muitas das vezes vêm à tona por movimentos diversos de midiática, quer na mídia de massa, em rede ou mesmo em suportes midiáticos diversos, como o dos movimentos sociais. É nessa esteira que voltamos nosso olhar para a narrativa que o banner nos mostra.

Por quantas Nirvanas ainda temos que chorar?

“...Muitas vezes, me expulsava de casa e trancava a porta me deixando ao relento. Isso aconteceu várias vezes. Ele não me dava escolha de separação.”

“...Dizia que me amava, mas me impedia de crescer, pois, todos os meus incentivos eram cortados por escândalos e palavras de baixo calão.”

“...Fui ameaçada com uma arma, jogada brutalmente do carro em movimento na Pratinha num local deserto e de difícil acesso de um transporte.”

“...Escrevi-me num concurso público e quando faltava uma semana para a prova. Ele trancou meus documentos inclusive comprovante de inscrição, apostila e meus pertences pessoais. Tudo para que eu não tivesse acesso a uma oportunidade de trabalho garantido.”

“...Fui cuspada no rosto e espancada na frente dos meus colegas de trabalho e clientes. Cheguei até a perder meu emprego.”

Como se tudo não bastasse, ou não satisfizesse seu ego, tirou minha vida no dia 05/07/07, com três tiros, sendo um na cabeça, um no coração e um no abdômen.

Fui morta de forma covarde, sem chance de defesa e abandonada dentro de carro fechado, sem direito nem mesmo a socorro.

Essa foi minha vida!

Nesta narrativa encontrada no banner do Movida, Nirvana Evangelista é a narradora de sua história, fala sobre a natureza da violência que sofreu, surge como narrador e personagem de uma narrativa da brutalidade da dominação masculina. Insta à indignação ao mesmo tempo que apresenta a crônica do feminicídio

na sociedade brasileira, cujo itinerário é o apontado ao longo do texto acima: rotina da violação, condicionada à violência, assinalada como propriedade do homem, posta inerme e morta pelo parceiro, namorado, pelo homem que sente ter sobre ela poder. Trata-se de uma narrativa “encenada”, produzida pelo próprio Movida, como forma de visibilizar o caso no âmbito do próprio movimento e entre as famílias que se reúnem para “cobrar” o andamento dos processos para as entidades jurídicas.

Quando narramos algo, narramos com a intenção de que alguém nos escute ou preste a atenção no que temos a narrar. Motta (2012) diz que estudar as narrativas é compreender o sentido da vida e interpretar as ações dos indivíduos e suas relações sociais no mundo da vida. “Estudá-las é refletir sobre o significado da experiência humana e sobre o que as narrativas realizam enquanto atos de fala” (Motta, 2012, p. 23).

As narrativas nos permitem uma interação com outro. O nosso dia a dia é uma narrativa pessoal, individual. Estamos sempre contando histórias de nós para os outros. Contamos nossas experiências. O que for. Vivemos em uma narrativa e somos a própria narrativa.

Narrar nos dá significações. Significações de como queremos parecer perante ao outro. Nas narrativas construímos nossos valores morais, políticos, crenças e religiões. Nós representamos nas narrativas, nos nossos relatos, porque estamos querendo sempre passar um valor e/ou uma imagem. Motta (2013, p. 18) diz que através das narrativas recobrimos nossas significações.

As narrativas “ajudam” a fortalecer. Motta (2013, p. 19) diz que “todo o discurso é um poder, um poder que se exerce na relação entre quem fala e quem escuta”. O Movida de alguma forma quer se legitimar no social. As narrativas, além de muitos outros recursos que o Movida utiliza, é também uma forma de estabelecer essa relação com outro. O outro que vê e escuta os relatos dos integrantes ou os banners que estão expostos a todo e qualquer lugar, evento que o Movimento Pela Vida participe.

Esse banner participa de uma performance narrativa e também de midiatização, divulgando o caso, a fim de que as pessoas conheçam a história e o fenômeno. Dessa forma, o caso, ocorrido há quase 10 anos, ganha destaque e se dá a ver, enfatizando as dinâmicas que o Movimento busca rerepresentar a sociedade, quais sejam a da vitimização e da violência que

atinge as mulheres. À época de sua ocorrência, o caso de Nirvana foi um acontecimento que repercutiu muito nas mídias jornalísticas e tomou uma grande proporção na sociedade. A ação do Movimento, desde modo atua do ponto de vista de evitar o esquecimento e reavivar o caso como um arquétipo da vitimização da mulher por feminicídio, com uma forma de violência que tende a ser deslocada.

A midiatização, nesse caso, permitiu com que a sociedade conhecesse o que era o feminicídio a partir do caso de Nirvana e em outros casos. A midiatização, através do banner, pode ter esse propósito de divulgar uma espécie de violência, bem como divulgar o trabalho do Movida.

Diante disso e no âmbito do olhar cartográfico que buscamos lançar, falamos novamente das multiplicidades como constitutivas desse mapa e de seus fluxos. Conforme a entende Roffe (2005), a multiplicidade é um estado constitutivo, é uma totalidade, que tem formato, mas é multiforme, são estados de relações corporificados. Como formas corpóreas e corporificadas das multiplicidades em torno da vitimização por feminicídio, temos o mapa-banner que guia nosso olhar sobre o fenômeno e projeta fluxos subjetivos e afetivos diferenciados. A narrativa construída no banner presta-se a intentar a persuasão e o convencimento, assim como o choque, sobretudo pelo tom dramático, doloroso e plangente que se projeta no relato. Ao o lermos, temos a sensação de que sentimos o quanto Nirvana sofreu, enquanto se relacionava com o seu assassino, porque o mapa-banner traça um território subjetivo que o da vítima que fala a todos sobre a dor que teve de sofrer pela situação de dominação do homem. O traçado é o traçado da vitimização de alguém com quem se pode ter empatia, pois é um outro com o qual podemos nos relacionar, é um outro cuja dor é pensada como exposição de um problema invisibilizado.

Múltipla no acionamento dos afetos, a narrativa encenada do Movida também atenta o olhar incauto ou mesmo astuto à difusão do que constitui o próprio cerne da vitimização: a figura da mulher e seu estatuto na nossa sociedade. Mulher que não deve transgredir o papel de esposa, de companheira, que, mesmo sofrendo, não deve fugir a esse arranjo. Deve manter-se fiel, submissa e inerte, do contrário, sofrerá violência, em formas físicas ou simbólicas. Tal movimento se nos oferece ao nosso olhar, se projeta como forma de dar sentido à denúncia que faz o Movida. Se voltarmos a

Canevacci (2001), recordamos que esses fluxos visuais e o próprio objeto passam a conversar com o observador. É nesse momento que fazem sentido.

A história de feminicídio no banner mexe e provoca sensações. Sentimentos são despertados. É nesse momento que o banner de Nirvana conversa com o sujeito que o olha e o lê. Os sentidos se perfazem, também, como diz Canevacci (2001), nas relações em contexto, à medida que as interpretações acontecem de acordo com o lugar, valores e situações que esse sujeito observador está vivenciando ou o que já viveu. O feminicídio dado a ver no banner sobre Nirvana, pode ser observado de formas peculiares, de acordo com a experiência subjetiva e mesmo o estatuto de gênero desses sujeitos. Aquele que nunca sofreu violência vai interpretar diferente daquele que sofreu violência e principalmente se essa violência for a mesma sofrida pela vítima e se tal vítima for uma mulher. Nesse momento, as multiplicidades e mesmo tipificações são construídas no banner em uma cena de encontro com o relato, um encontro entre nós e a vítima, um encontro que convoca a ação, a reflexão, o desconforto, a empatia e a indignação.

Considerações finais

Pensamos o esforço aqui empreendido como parte de um cenário, no qual as pesquisas em Comunicação apresentam uma atual tendência a considerar os fenômenos de subjetividade social dos informantes, que estão além das narrativas e rotinizações midiáticas, mas se valem de lógicas midiáticas em suas performances. Buscamos estabelecer um percurso de compreender as relações que envolvem a comunicação nas tramas da vida social e cultural, justamente em suas complexidades. Voltamo-nos justamente para essa trama de subjetividade sobre a violência urbana na Amazônia, dada a ver pela comunicação midiática, mas com muitas implicações do ponto de vista de um fenômeno complexo, com repercussões no social e no simbólico, no âmbito das práticas socioculturais, como da mobilização social, considerando a narrativa, mas também de o pano de fundo que condiciona tais percepções sobre o feminicídio.

Desse modo, estivermos envolvidos em um processo de volver do olhar, enxergar o texto e nele ver toda a dor e forma da vitimização inscritas; deixar-se ver o outro e nele pensar de novas formas, pois a experiência da vitimi-

zação que dissolve mundos, pode mesmo desestabilizar a perspectiva dos que se permitem ver os traços desse mapa. Mapa dos outros, mapas de uma violência naturalizada na nossa sociedade, mapa de uma forma de insurgência a esse estado. É o mapa de um caso, do feminicídio que atingiu Nirvana, mas é a descrição de um percurso outras vezes já percorrido e como tal reconhecido. É uma narrativa que nos convoca a enfrentar os seus múltiplos aspectos, a sua totalidade como uma forma de compreender e mesmo se deixar guiar por essa visão, por esses fluxos, por esses momentos, que não são os meus, mas me instam a aderir a perspectiva da vítima, de Nirvana, na mulher suscetível ao feminicídio.

Toda essa dimensão transmuta-se em uma relação que subsiste entre as pessoas, indivíduos e essa “mídia”, esse mapa-banner, que contribuem para a evidenciação da situação problemática e do sentido específico do feminicídio. O Movidá lança mão dessa narrativização como forma de dar a ver o movimento e a experiência em torno da mobilização coletiva. Ao olharmos esse processo por lentes teórico-reflexivas, estabelecendo a relação entre os conceitos de cartografia, midiaticização e narrativas, pensamos na dimensão da atividade e mesmo do esforço realizado pelo Movimento a fim de divulgar os casos. Quanto à narrativa sobre Nirvana, os banners além de se constituírem como divulgação, mediam a relação entre o conhecimento do fenômeno e toda a carga emocional que a ele subjaz. E ainda torna possível uma problematização em torno de casos de feminicídios, ao mesmo tempo em que nos indaga, inquietamente, quantas mulheres ainda sofrem e hão de sofrer esse tipo de violência.

Referências

- AGUIAR, L.M. 2008. Cartografia: deriva metodológica. In: A.E. MALDONADO; J.A. BONIN; N.M. ROSÁRIO (org.), *Perspectivas metodológicas em Comunicação: desafios da prática investigativa*. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB, p. 239-253.
- BEAUVOIR, S. 1970. *O segundo sexo: 1. fatos e mitos*. 4ª ed., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 310 p.
- BRASIL. 2015. Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015. Altera o art.121 do Decreto-Lei nº 2.848 [...] para incluir o feminicídio no rol de crimes hediondos. *Casa Civil da Presidência da República*. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em: 16/03/2016.

- CABRERA, P.M. 2011. *Violencias interseccionales: debates feministas y marcos teóricos en el tema de pobreza y violencia contra las mujeres en Latinoamérica*. CAWN, London, 75 p.
- CANEVACCI, M. 2001. *Antropologia da comunicação visual*. Rio de Janeiro, DP&A, 280 p.
- DABHOIWALA, F. 2013. *As origens do sexo: uma história da primeira revolução sexual*. São Paulo, Globo, 687 p.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. 1995. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 1*. São Paulo, Editora 34, 94 p.
- EDWARDS, A. 1987. Male violence in feminist theory: An analysis of the changing conceptions of sex/gender violence and male violence. In: J. HANMER; M. MAYNARD (org.), *Women, Violence and Social Control*. London, Routledge, p. 31-51. https://doi.org/10.1007/978-1-349-18592-4_2
- FERNÁNDEZ, A.M. 2013. Feminicídios: la ferocidad del patriarcado. In: A.M. FERNÁNDEZ; W.S. PERES (org.), *La diferencia desquiciada*. Buenos Aires, Biblos, p. 171-194.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. 2006. *Micropolítica. Cartografías del deseo*. Madrid, Traficantes de Sueños, 381 p.
- LAGARDE, M. 2006. *Por la vida y la libertad de las mujeres. Fin al Feminicidio*. México, Congreso de la Unión; Cámara de Diputados, 32 p.
- MACHADO, M.R.A. 2015. *A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil*. Brasília, Secretaria de Reforma do Judiciário, 70 p.
- MENEGHEL, S.N.; CECCON, R.F.; HESLER, L.Z.; MARGARITES, A.F.; ROSA, S.; VASCONCELOS, V.D. 2013. Femicídios: narrativas de crimes de gênero. *Interface*, 17(46):523-533. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832013000300003>
- MOTTA, L.G. 2013. *Análise crítica da narrativa*. Brasília, Universidade de Brasília, 254 p.
- MOTTA, L.G. 2012. Por que estudar narrativas? In: C.L. MOTA; L.G. MOTTA; M.J. CUNHA, *Narrativas midiáticas*. Florianópolis, Insular, p. 23-32.
- PASINATO, W. 2011. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu*, (37):219-246. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200008>
- PATRÍCIO, J. 2009. Violência sexual contra as mulheres. In: M. LISBOA (org.), *Violência e gênero: inquérito nacional sobre a violência exercida contra mulheres e homens*. Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, p. 79-114.
- QUÉRÉ, L. 2011. A individualização dos acontecimentos no quadro da experiência pública. *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*, (10):13-37.
- ROFFE, J. 2005. Multiplicity. In: A. PARR, *The Deleuze dictionary*. Edinburgh, Edinburgh University Press, p. 181-182.
- ROSÁRIO, N.M. 2016. Cartografia na Comunicação: questões de método e desafios metodológicos. In: C.P. MOURA; M.I.V. LOPES (org.), *Pesquisa em Comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. Porto Alegre, EDIPUCRS, p. 175-194.
- SAFFIOTI, H. 2004. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 152 p.
- SCHUTZ, A. 2012. *Sobre fenomenologia e relações sociais*. Petrópolis, Vozes, 357 p.
- TELES, M.A.A.; MELO, M. 2003. *O que é violência contra mulher*. São Paulo, Brasiliense, 120 p.
- VERÓN, E. 2014. Teoria da mediação: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. *MATRIZES*, 8(1):13-19. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i1p13-19>
- WAISELFISZ, J.J. 2015. *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília, ONU Mulheres; Flacso; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 79 p.

Submetido: 28/01/2017
Aceito: 30/12/2017